



O ESTADO DA ARTE SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

THE STATE OF THE ART ON ETHNIC-RACIAL ISSUES IN ELEMENTARY SCHOOL
TEXTBOOKS

Cinara Ciscato Kuhn¹

RESUMO

O presente artigo realiza um estudo sobre as questões étnico-raciais presentes nos livros didáticos do Ensino Fundamental. A pesquisa busca compreender como esses materiais, amplamente utilizados no contexto escolar, contribuem para a formação crítica de alunos e professores, considerando que o livro didático é um instrumento pedagógico que carrega intencionalidades, ideologias e representações sociais. Reconhecendo sua influência na construção de identidades e percepções sobre a diversidade, torna-se necessário analisar criticamente os conteúdos que aborda, especialmente aqueles relacionados à população negra, indígena e demais grupos historicamente marginalizados. Revisam-se estudos que investigam tanto o discurso textual quanto a iconografia, as mudanças pós-legislação (Lei nº 10.639/2003) e o papel de políticas públicas como o PNLD, apontando permanências (invisibilidade, estereótipos e banalização) e avanços (inclusões superficiais, maior atenção acadêmica). Para isso, desenvolveu-se uma revisão bibliográfica fundamentada em autores que discutem educação, raça e materiais didáticos, com o objetivo de identificar avanços, limitações e desafios ainda presentes. Finaliza-se com implicações para pesquisa futura, formação docente e políticas editoriais. Os resultados apontam que, embora haja progressos decorrentes das políticas educacionais e ações afirmativas, persistem representações estereotipadas e lacunas na abordagem das relações étnico-raciais, evidenciando a necessidade de maior comprometimento dos materiais didáticos com uma educação antirracista.

Palavras-Chave: questões étnico-raciais; livro didático; ensino fundamental.

ABSTRACT

¹ Mestranda do Curso de Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University, Orlando-FL. E-mail: cinara.ciscato@gmail.com



This article presents a study on ethnic-racial issues in elementary school textbooks. The research seeks to understand how these materials, widely used in the school context, contribute to the critical formation of students and teachers, considering that textbooks are pedagogical instruments that carry intentionalities, ideologies, and social representations. Recognizing their influence on the construction of identities and perceptions of diversity, it becomes necessary to critically analyze the contents they address, especially those related to Black, Indigenous, and other historically marginalized groups. The study reviews research that investigates both textual discourse and iconography, changes following legislation (Law No. 10.639/2003), and the role of public policies such as the National Textbook Program (PNLD), highlighting continuities (invisibility, stereotypes, and trivialization) and advances (superficial inclusions and greater academic attention). To this end, a bibliographic review was conducted based on authors who discuss education, race, and teaching materials, aiming to identify advances, limitations, and ongoing challenges. The article concludes with implications for future research, teacher education, and publishing policies. The results indicate that, although there have been advances resulting from educational policies and affirmative actions, stereotyped representations and gaps in the approach to ethnic-racial relations persist, highlighting the need for greater commitment by textbooks to an antiracist education.

Keywords: ethnic-racial issues; textbook; elementary education.

1 INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas, numerosas pesquisas têm analisado como os materiais escolares — em especial os livros didáticos — contribuem para a construção de identidades, a naturalização de hierarquias sociais e a reprodução (ou combate) de preconceitos. No Brasil, a obrigatoriedade de ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei nº 10.639/2003) e iniciativas de avaliação e compra centralizada de livros (PNLD) tornaram o livro didático um objeto-chave para políticas de igualdade racial e inclusão curricular. A literatura evidencia, porém, que a mera presença de conteúdos sobre povos africanos ou personalidades negras não garante um tratamento crítico e antirracista do tema. O estado da arte é uma das partes mais importantes de todo o trabalho científico, uma vez que faz referência ao que já foi escrito e descoberto sobre determinado assunto pesquisado. Objetiva-se fazer algumas considerações sobre o Estado da Arte da Educação por ser um método de pesquisa da nossa dissertação de mestrado, em que faremos a análise de conteúdos da produção científica brasileira, nos resumos, artigos entre outros, sobre as questões étnico-raciais nos livros didáticos. Nossas fontes serão os resumos disponíveis no banco de



teses e dissertações (CAPES) os artigos disponíveis no *Google* acadêmico, na *Scielo*, no *Google* (internet) e na revista na área das questões raciais no livro didático. Esse estudo visa analisar e identificar como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas no livro didático de história por uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental – anos iniciais.

Realizou-se um estudo dissertativo uma análise, um estado da arte, para pesquisar e compreender como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas nos livros didáticos nos anos iniciais do ensino fundamental e de que forma o livro didático auxilia o professor e seus alunos na compreensão e ao combate ao racismo, a valorizar as diferenças e a consolidar práticas antirracistas na escola, sabendo-se que a mesma exerce um importante papel na construção de cidadãos conscientes, críticos e reflexivos para uma sociedade humana e democrática. Da mesma forma, examinar e investigar a partir das distinções dentre os grupos estabelecidos, como as formas de representações que aparecem nos livros didáticos, até que ponto o livro didático traz de forma humanizada e não radicalizada a história da cultura afrodescendente e suas raízes para as escolas.

Por muito tempo não se debatia a respeito disso nem fazia parte dos debates e dos currículos na educação brasileira, tornando-se aparente e necessário tal tema após grandes lutas e reivindicações dos chamados movimentos sociais, tanto dos negros como dos indígenas. Movimentos estes que conquistaram políticas educacionais afirmativas como reparação histórica pelo período de colonização, escravização e violência, cujos resquícios ideológicos e discriminatórios perduram até os dias de hoje.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Em se tratando das questões raciais, cita-se o livro didático, que, por muito tempo, aborda esse assunto de forma estereotipada. É preciso identificar como as culturas afro-brasileiras por exemplo, está sendo representada nos materiais que são auxiliadores dos docentes e se ele é realmente capaz de subsidiar uma aprendizagem satisfatória, consciente e



investigativa, proporcionando aos alunos a reflexão das diferenças e valorizando as múltiplas diversidades culturais existentes. Vários estudos constatam que o silêncio sobre populações negras e indígenas persiste — seja por ausência explícita, seja por menções pontuais e descontextualizadas que não problematizam processos históricos como escravidão, racismo estrutural e sua persistência. A invisibilidade também aparece quando conceitos centrais (por exemplo, *etnia*) não são trabalhados de forma articulada nos livros, deixando o tema na esfera das “curiosidades” ou fatos isolados.

Analisando a história da África na sala de aula de Leila Hernandez (2005), nos traz a visão clara e abrangente da África contemporânea. Um país marcado por desigualdades, dor e lutas. Além de revelar um mundo conhecido apenas por seus estereótipos, que reúne questões polêmicas sobre o domínio dos europeus e a diversidade das tantas lutas e reivindicações até a formação dos Estados Nacionais.

O continente africano foi alvo de domínio e de desrespeito a sua cultura que, principalmente os povos europeus chegaram e se adornam de tudo e de todos, não valorizando toda uma história construída de sacrifícios e lutas do povo africano. Os europeus impuseram a escravidão e o racismo, como tendo a cor dita “branca” sendo superior das demais. Contudo, era urgente uma mudança por parte da cultura africana, pois foram discriminados e mal vistos pelos europeus, surgindo assim a necessidade de reinventar-se, a fim de manter e preservar a complexidade dinâmica cultural da própria África, considerando-se que o continente não tem povo, passado, nação, não tem história, faz-se acreditar. Quando presentes, personagens negros frequentemente aparecem em papéis estereotipados ou em imagens que não contrapõem a narrativa da branquitude normativa. Em matérias como Geografia e Ciências, a figura do negro muitas vezes é reduzida a ilustrações decorativas ou a representações folclóricas, sem discutir questões de poder, desigualdade e identidade. Estudos mostram que essa representação “inclusiva, porém superficial” pode produzir a sensação de que o problema do racismo está resolvido, quando não está.



Os africanos são identificados com designações apresentadas como inerentes às características fisiológicas baseadas em certa noção de etnia negra. Assim sendo, o termo africano ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui um amplo espectro de significações negativas como frouxo, fleumático, indolente, incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo (Hernandez, 2005, p. 18).

Logo se vê a negação e o preconceito e de uma África que precisa urgentemente ser socializada. Tamanhas discriminações e preconceitos sobre a mesma e dos africanos que implica na dominação das nações europeias em relação aos países africanos. Com tantas lutas de pessoas aprisionadas de um passado inventado por outros, tendo que aceitar imposições, regras, enfim, amarrados a um presente imposto pelo supremo maior e ainda reféns de metas que lhes foram construídas por instituições internacionais que comandavam a economia, como comenta Mia Couto (2003).

Couto (2003) nos traz a visão de um continente tão pouco conhecido e cuja história é complexa e envolve uma enorme diversidade de culturas e modos de ser. E a história desse continente praticamente esquecido e desolado, comumente tão sofrido, faz com que não demos tanta importância e valor a ele. Mas fazem parte da história e todos precisam dar valor às raízes, com grandiosa e vasta cultura, cabendo às escolas e os profissionais da educação, trabalhar com seus alunos e mostrar a origem da cultura africana e todos que delas se originaram e que fazem parte do nosso cotidiano escolar.

Nesse enfoque, Nascimento (2001) em sua abordagem instiga numa reflexão sobre os próprios valores que cada indivíduo tem, crenças e comportamentos, sendo estes imprescindíveis para a compreensão sobre o racismo, a discriminação e o preconceito racial na sociedade, bem como seus efeitos na vida das pessoas.

2.2 REPRESENTAÇÕES RACIAIS NO LIVRO DIDÁTICO

Tal reflexão contribui e auxilia os profissionais da educação na elaboração de estratégias a fim de enriquecer, engrossar e combater práticas racistas no ambiente escolar e na sociedade em geral. O educador que está à frente da sua turma, precisa dar visibilidade ao



seu trabalho, tendo um olhar crítico e reflexivo sobre essa temática tão discutida até os dias de hoje, criando estratégias didático-pedagógicas para lidar com essa problemática, proporcionando conversas livres, onde ocorra a socialização e harmonia entre os que estão ali inseridos, e o professor é um mediador que auxilia e orienta seus alunos na condução de tal estudo. A escola mostra que o racismo se expressa de várias formas, dentre as quais estão a negação das tradições africanas e afro-brasileiras, dos costumes, negação da filosofia de vida, da posição social no mundo, da humanidade e também muito do “ser” e do “ter”.

Em vista dessas condições, são gritantes e necessárias mudanças que transformem espaços educativos em espaços favoráveis para o bem comum, a justiça social e igualdade de oportunidades a todos sem distinção, com respeito, sendo um lugar adequado à formação real dos cidadãos.

Para que isso aconteça, precisa-se da definição de uma política educativa que rompa as barreiras que impedem a participação de todos. Entende-se que a educação seja uma das ferramentas de luta pela democracia racial no país. Sendo assim, o livro didático, enquanto material didático-escolar, é um poderoso instrumento para que sejam vislumbradas possibilidades visíveis de desconstrução de práticas racistas, sendo este um colaborador dos grandes conhecimentos e ensinamentos que compõem a história.

2.3 CONTRIBUIÇÕES DE AUTORES CLÁSSICOS

Tem-se uma importante coleção, a Sankofa, que aborda as Matrizes Africanas da Cultura Brasileira e visa resgatar e atualizar o rico conteúdo de pesquisas e reflexões produzidas no contexto das atividades do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (Ipeafro). Esta coleção não apenas faz referência aos afrodescendentes, mas destaca a herança das tradições advindas da África, profundamente enraizadas na cultura brasileira. Hoje os estudos africanos não atendem apenas a uma demanda exclusiva do movimento social negro, mas de toda a sociedade, tornando-se indispensáveis para o conhecimento da trajetória e constituição enquanto povo, bem como para uma formação intelectual, capaz de contemplar



as verdadeiras dimensões da diversidade, contribuindo assim para a elaboração do pensamento contemporâneo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa possui natureza qualitativa, pois busca interpretar criticamente discursos, categorias e abordagens presentes nos autores analisados, sem intenção de quantificar fenômenos, mas sim compreender sentidos, recorrências e ausências. O estudo do tipo “estado da arte” é adequado porque permite compreender como as questões étnico-raciais têm sido tratadas pela literatura especializada, especialmente no que se refere à representação e análise dos livros didáticos do Ensino Fundamental. Além disso, possibilita visualizar o desenvolvimento histórico das pesquisas. Realizou-se um levantamento sistemático de produções acadêmicas relacionadas ao tema, incluindo: artigos publicados em periódicos científicos; teses e dissertações disponíveis em repositórios institucionais (CAPES, universidades federais e estaduais); livros e capítulos relevantes sobre relações étnico-raciais e livro didático; documentos. As principais bases e repositórios consultados foram: Google Acadêmico; SciELO; Portal de Periódicos CAPES; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); repositórios institucionais de universidades (UFMG, USP, UFRGS, UFBA etc.). Foram utilizados descritores como, “livro didático”, “relações étnico-raciais”, “educação e diversidade”, “representações do negro”, “Lei 10.639”, “ensino fundamental”, “estado da arte”, oficiais (diretrizes do PNLD, legislação sobre educação étnico-racial).

Sankofa, em sua coleção Educação e Identidade Afrodescendentes de Elisa Larkin Nascimento (2001), apresenta essa coleção como uma contribuição valiosa para subsidiar o pensamento e a elaboração de medidas concretas a fim de afirmar positivamente a identidade do estudante negro. A autora critica a hegemonia do etnocentrismo ocidental e revela mecanismos da dominação patriarcal e colonial. Aborda ainda, as contribuições, também favoráveis, para a construção de uma ação pedagógica positiva para todos os grupos étnicos sociais e da nação brasileira.



Numa outra instância, pensando na educação, especificamente o cotidiano escolar, temos o livro didático o qual exerce grande influência intelectual sobre a formação dos alunos. Ele aparece como um dos principais suportes pedagógicos e meios de transmissão do pensamento e comportamentos da sociedade afetando ou contribuindo para a formação do alunado. Os livros são repassados nas escolas públicas do Brasil, pelo Governo Federal através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), para serem trabalhados durante o ano nas escolas. Acerca do livro didático Silva (2001, p. 19) relata:

[...] é nos dias atuais um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. Também para o professor dessas escolas, onde os materiais pedagógicos são escassos e as salas repletas de alunos, o livro didático talvez seja um material que supre as suas dificuldades pedagógicas (Silva 2001, p. 19)

O livro didático aparece como um norteador, um guia para o educador e para o estudante, com conhecimentos variados, muitas vezes o único acesso. Eles apresentam conteúdos sistematizados que funcionam como fonte de consulta e pesquisa, contendo imagens ilustrativas com boa visualização e entendimento. Silva (2001) ainda enfatiza, ao analisar recorrentes acontecimentos ocorridos no espaço escolar sobre a educação antirracista, a importância da intervenção dos profissionais da educação para a organização e elaboração de estratégias que favoreçam o pleno desenvolvimento de todos ali presentes. A maioria dos docentes trabalha com o recurso do livro didático e acreditam que nele encontrarão temas e conteúdos lícitos a sua disciplina. Sendo que ele há muito tempo é um recurso precioso e indispensável nas escolas.

Segundo a autora, deve-se pensar em formas de ensino que vão além do livro didático e examinar o ambiente escolar como um lugar promissor para todos, no reconhecimento da igualdade humana para a difusão da discriminação e preconceito racial, pois são compromissos indispensáveis para um mundo melhor (Silva, 2001).



Kabengele (2005) problematiza sua preocupação com relação aos professores, deles serem confiantes, reflexivos e que abordem o tema sobre as questões raciais nos livros didáticos sem desmistificá-la. É necessário que os alunos conheçam a trajetória histórica dos negros e africanos e que a partir daí, possam formar hábitos de respeito, valorizando toda as pessoas e suas diferenças. Trata do desafio dos professores e educadores, do necessário e fundamental preparo para lidar com a problemática da convivência com a diversidade na sala de aula e das manifestações de discriminação dela resultadas que são constantes no dia a dia no ambiente escolar. Precisa-se entender que essa falta de preparo profissional, compromete profundamente o papel de ser formador e construtor no processo de formação dos futuros cidadãos conscientes e responsáveis de amanhã.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Mediante tais argumentos, entende-se que os livros didáticos servem como suporte, apoio e guia do professor para tornar sua aula atrativa e criativa, percebendo-o como rico de informações através de seu conteúdo e imagens ilustrativas. Entretanto, muito se questiona até que ponto o livro didático traz e mostra a verdadeira história dos acontecimentos de que como tudo começou e quais ensinamentos são válidos e construtivos para os dias de hoje, constando muitas vezes conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e as suas culturas. E esses preconceitos acabam permeando no cotidiano escolar de alunos entre si e alunos e professores nas suas relações sociais.

4.1 INVISIBILIDADE, ESTEREÓTIPOS E BRANQUEAMENTO

No entanto, alguns professores por falta desse preparo e, pode-se dizer também de conhecimento e de iniciativa, contextualizam-se somente com as informações do livro didático, não sabendo explorar as várias opiniões e visões de analisar cada assunto, cada tema, sendo que a rotina escolar é o momento adequado para discutir e conscientizar os alunos sobre a importância e a riqueza que cada cultura traz para a identidade nacional. Com tantas diferenças e desigualdades existentes, pensa-se como pode-se reverter essa problemática



preconceituosa que prejudica tanto e machuca a verdadeira formação do cidadão e a participar de uma educação igualitária, de qualidade e responsável de todos os alunos, tendo um olhar especial aos grupos étnico-raciais, sendo eles as grandes vítimas de tamanhos preconceitos e discriminações.

Partindo desse pressuposto, acredita-se que a educação é sim o caminho para desconstruir toda a forma de pensar e analisar os fatos discriminatórios, a escola por sua vez, é capaz de oferecer ao seu alunado, possibilidades de novas atitudes, novos olhares, novos conceitos sobre essas questões que desmerecem e desvalorizam as pessoas por atitudes e mitos de inferioridade e superioridade, isso acontece porque muitas pessoas crescem com essa cultura racista pelos meios de convívio e socialização. Então, cabe aos educadores e a cada um, ter individualmente o esforço e engajamento necessário na realização dessa imensa tarefa de combater o racismo e demais práticas antirracistas e discriminatórias. Sabe-se que a educação escolar sozinha não consegue tudo, mas exerce um papel fundamental nesse processo de internalização e práticas de ensino.

Silva (2000) em sua fala escrita, diz das versões didáticas, que é durante a escolarização que a maioria das pessoas tiveram acesso e o conhecimento dos diferentes povos e suas culturas, tidas assim como suporte e base o livro didático como fontes importantes de informações sobre as populações indígenas. No século XIX nas primeiras décadas desde o seu surgimento e até os dias de hoje, a disciplina de história juntamente com as demais disciplinas, tem influenciado fortemente a consolidação das representações sobre os povos indígenas através dos textos e da iconografia reproduzidas nas páginas dos manuais escolares. A história ensinada na escola era e ainda é narrada em termos e mitos nacionais e étnicos e das tradições políticas da nação brasileira inventada durante os oitocentos.

Esses estudos nos livros didáticos querem mostrar que esses textos, apresentaram ao público escolar análises sobre a história indígena tal como tem sido ensinado nos livros manuais escolares e currículos nas últimas duas décadas, revendo noções e conceitos já criticados pelos pesquisadores das ciências humanas, tendo-se a preocupação como questão



indígena na sala de aula, sugerindo possibilidades de trabalhos com a temática indígenas na sala de aula, bastante afinadas com as revisões bibliográficas dos últimos anos.

Segundo Freitas e Jesus (2011) chegaram à conclusão na década de 50, que as pesquisas sobre a representação dos negros nos livros didáticos foram analisadas onde:

O livro didático vem sendo utilizado como sustentação para a discriminação racial... e estes livros passam a ser para os alunos um legitimador de “verdades” frequentemente concebidas a partir de visões distorcidas em torno dos seres humanos e das relações que estabelece entre si e entre o grupo (Freitas, 2011).

Partindo dos estudos relacionados ao livro didático e aos preconceitos existentes no espaço escolar, percebeu-se a necessidade por parte das instituições escolares em trabalhar diferentes temas, situações e realidades, a fim de combater as desigualdades raciais e as demais adversidades que venham a sofrer por preconceitos e discriminações no ambiente escolar e, através do livro didático mostrando temas que abordam acontecimentos reais das sociedades indígenas na história, na cultura e na literatura brasileira e dos recursos didáticos para os professores, instruirão seus alunos a temas importantes não ofuscando a verdade e não sustentando preconceitos através do livro didático.

Ana Célia da Silva (2000) investiga os estereótipos e preconceitos em relação ao negro nos livros didáticos de Comunicação e Expressão do 1º grau, nível I, como instrumento de transmissão de uma ideologia de inferiorização que objetiva dominar dividir e eliminar, racial e culturalmente o negro através do branqueamento e da de culturalização. Sob esse olhar, faz-se refletir e pensar sobre os trabalhos realizados nos livros didáticos, procura-se identificar como os professores percebem os preconceitos e estereótipos contidos nos livros, bem como seu papel de mediador do conhecimento para seus alunos.

Nesse sentido, em uma sociedade pluricultural como a brasileira, o sistema de ensino privilegia a cultura branca com o objetivo de promover a descontração e o branqueamento, sendo que “desculturar”, significa um processo consciente de desagregação cultural de um determinado grupo, com fins de exploração econômica, política e social e está ligada toda forma de exploração colonial.



Enquanto branquear é admitir a superioridade da raça branca. É impor seu padrão, seus costumes, seus valores, sua cultura, como se fossem os únicos corretos e verdadeiros, através de um processo de inferiorização dos padrões, valores culturais e históricas dos grupos dominados que levá-los a assumir papéis dos brancos como meio de aceitação social. Mas o branqueado continua ainda como sendo o desigual, o diferente.

Pensa-se que a escola como sendo uma instituição formal e de valores, que representa concretamente junto ao seu povo, sendo os sistemas de ensino, eles não são apenas a reproduutora dos valores e ideologias hegemônicos, mas um espaço que transmite conhecimentos e informações do povo oprimido, sendo ela um ambiente para a transformação social.

E por mais uma vez comentar o papel do livro didático, presente na sala de aula cotidianamente, como um instrumento de transformação da ideologia da classe dominante, cabendo ao educador mediar os conteúdos sendo o construtor, tendo um olhar crítico e reflexivo ao que o livro “fala”. . Muitas vezes, o professor tem dificuldade em interpretar o que o livro quer dizer, e o que acaba reproduzindo inconscientemente e concorda com o que nele está escrito. Faria (1984) também vê o livro didático como sendo difusor de preconceitos conforme como se refere ao índio, a mulher, o caboclo, entre outros. Vistos que o negro é apresentado sob estereótipos negativos, sua figura nos livros didáticos é degradante sendo exposta em situações difíceis e profissões consideradas humilhantes e inferiores. O autor corrobora essa afirmativa quando diz que:

O homem branco adulto proveniente dos estratos médios e superiores da população é o representante da espécie mais frequente nas estórias, aquele que recebe um nome próprio, aquele que se reveste da condição de normal (Rosenberg, 1985, p.77).

No livro didático, ainda, o negro é apresentado como minoria, as causas de miséria, pobreza são mostradas como produtos de inferioridade. Logo, faz-se pensar que essas ideologias formam as bases teóricas dos estereótipos com que são representados e percebidos no dia a dia, na sociedade em geral, que são os oprimidos, cito; o índio, o negro, o mestiço, a mulher, o pobre, outros.



Segundo Luz (1983), os estereótipos justificam a exploração e a opressão pelo índice do imaginário de superioridade de um determinado grupo humano sobre o outro, recalçando todo o processo histórico que engendrou essa determinada situação. Muitas vezes, esses percalços são acometidos por meio de como esses mecanismos de estudos chegam até a escola e repassados aos educadores. Essa veiculação por meios ideológicos dos materiais didáticos, que são fornecidos pelos órgãos educativos, que vêm para as escolas para serem trabalhados, percebe-se o quanto o livro didático traz para o ambiente escolar, sendo um dos principais agentes de veiculação das ideologias da classe dominante. E ao analisar os sistemas de ensino brasileiros e a escola como um dos aparelhos responsáveis pela transmissão de ideologias e valores da classe hegemônica.

Pensando nessa problemática, o Ministério da Educação, ao instituir os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), constatou-se que esse documento dá uma indicação nos trabalhos com o ensino dos africanos, que está no art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação.

O documento tem por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática, introduzindo neles o que chamou de Temas Transversais. Ademais, busca caminhos apropriados e eficazes para lutar contra os diversos tipos de preconceitos e de comportamentos discriminatórios que prejudicam a construção de uma sociedade plural, democrática e igualitária. E deixou a cargo dos próprios educadores a liberdade de incrementar o conteúdo desses temas transversais, baseando-se na sua experiência profissional e na necessidade da realidade do dia a dia na escola. Poucos estudos abordam de forma robusta a interseccionalidade — isto é, a intersecção entre raça, gênero, classe e outras categorias.



A literatura aponta que abordar relações étnico-raciais de modo isolado pode negligenciar como as opressões se combinam e se manifestam na escola e na sociedade. Há necessidade de materiais que integrem perspectivas interseccionais, evitando tratamentos fragmentados. Uma conclusão recorrente é que os livros, sozinhos, não garantem mudanças. Professores precisam de formação e recursos pedagógicos para mediar conteúdos sensíveis; sem isso, há risco de leituras superficiais ou reforço de preconceitos. Estudos de recepção mostram que muitos docentes se sentem pouco preparados para trabalhar criticamente as relações étnico-raciais em sala de aula. Nota-se nessa pesquisa que racismo também é veiculado na escola através do livro didático, que é o instrumento de dominação de um sistema que reflete o passado e que precisa mobilizar mudanças no presente. É preciso rever esses conteúdos, novas formas para ensinar a crianças, a verdadeira história das raízes, cultura, sem que nenhum povo ou nação seja tratado com desrespeito e inferioridade. Todos são seres humanos e filhos de Deus.

Seguindo a análise, com o passar dos anos, a escritora Ana Célia da Silva (2000) em pesquisar a necessidade de mudanças em relação aos conteúdos e linguagem quando se fala do negro nos livros didáticos, a representação social dos afrodescendentes citado nos livros didáticos analisados pela autora do trabalho, mostra que o negro, humanizado, arrumado, limpo, forma feliz, com direitos de cidadania. Questiona-se ainda até que ponto e quais motivos e fatores que levaram para acontecer essa mudança a sua forma e imagem, e a esses atributos de humanidade e cidadania, são reconhecidos, valorizados nos grupos afrodescendentes que se originam do reconhecimento e aceitação das suas diferenças étnico-culturais e raciais? Ou seria simplesmente uma forma de amenizar tanta discriminação incluindo-os de forma harmoniosa nos livros didáticos?

A representação humanizada nos livros didáticos analisados foi dada como essencial e importante para a criança negra para a sua construção de sua autoestima e identidade étnico-racial, uma vez que ela se identifica com a representação e que não é real, está vendo no livro, passando a ver-se através dela, de forma positiva e aproximada do real que



desenvolve na criança um sentido de existência, de positividade, de pertença às suas origens e categorias de ser humano e cidadão.

Ao reconhecer-se e ser visualizada, a criança desenvolve o amor e empatia ao seu semelhante. Também as crianças de outras raças e etnias começam a vê-la sem os estigmas de inferioridade, passando a reconhecer suas diferenças sem hierarquia, respeitando-a e interagindo no convívio. A diversidade de experiências da vida cotidiana dos personagens afros ilustrados nos livros, bem como as diferentes manifestações culturais que permeiam o seu dia a dia, não estão contempladas na representação que equaliza o indivíduo, os grupos sociais étnicos, culturais e raciais ao cotidiano, experiências de cultura do grupo dominante na sociedade. Portanto, enquanto cidadão abstrato que o personagem negro se faz presente na apresentação em currículos escolares, materiais pedagógicos e especificamente no livro didático que invisibiliza o cidadão concreto, com suas diferenças e contradições.

Por outro lado, quando os ilustradores representam o negro assimilado podem estar projetando os objetos da sua consciência, transformando o outro em igual a si, pelo temor a alteridade e a convivência com a diferença. Sobre o movimento negro mostrado aqui nessa pesquisa como determinante de transformação e contribui muito e em grande parte para explicitar o racismo na sociedade brasileira, reivindicações e introduzir nos seus sistemas de ensino a pluralidade cultural, mesmo que ainda como tema transversal, uma ação motivadora para reconstruir a história e a cultura do povo da África e do Brasil, juntamente alunos e professores resgatando a identidade étnico-racial, a autoestima, o autoconceito e a organização política do negro.

Nesse sentido, destaca-se a determinante transformação e a identificação da convivência sendo estigmatizada de grande importância no trabalho de formação de professores para que as diferenças fenotípicas e culturais possam ser vistas sem desigualdades e hierarquias. Além dos estudos sobre desigualdade, exclusão, inclusão, os estudos antropológicos da origem do homem, das ideologias do recalque, do etnocentrismo e da relativização bem como o processo civilizatório dos diferentes povos que constituem a nação.



Esses estudos de formação facilitarão a identificação e desconstrução dos mecanismos ideológicos construídos cotidianamente para transformar o “outro” em algo desumano e apartado da convivência, bem como para o reconhecimento da sua contribuição socioeconômica e cultural para a nossa sociedade.

Desconstruir os objetos de recalque contidos na representação social do negro e de outros grupos inferiorizados vai concorrer para que esses outros sejam vistos em suas capacidades humanas e de cidadania, serão reconstruídas nos outros grupos a sentimentos de respeito e solidariedade e interação com esses grupos subalternos com fins ideológicos de controle social. Haverá uma unidade entre esses grupos independentemente de cor da pele, gênero, da sua diferença ou condição, e é aí que se pode pensar em um projeto de sociedade onde a maioria organizada se constituirá de direito de fato, sendo uma instituição verdadeiramente gestora nos órgãos educativos sem retaliações e exclusão de pessoas de outras raças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado da arte sobre questões étnico-raciais nos livros didáticos do Ensino Fundamental mostra avanços importantes — sobretudo em visibilidade e em produção acadêmica —, mas também persistência de problemas centrais: invisibilidade episódica, estereotipagem e abordagens superficiais que não rompem com a lógica da branquitude normativa. A superação desses problemas depende não só de melhores materiais, mas de políticas públicas criteriosas, formação docente consistente e pesquisa que conecte conteúdo, representação e práticas educativas. Só assim os livros didáticos poderão cumprir papel emancipador na educação para a igualdade racial. Ao analisar-se a realidade da sala de aula e o ambiente escolar tendo o uso do livro didático, é notório seu papel construtor e contribuição no auxílio dos docentes na mediação do processo ensino aprendizagem. Como suporte de caráter norteador das aprendizagens fundamentais da educação básica, sendo agente contribuinte na formação integral e cidadã do aluno.



Faz-se necessário a ressalva da desconexão muitas vezes em que se apresentam os fatos existentes entre a formação e a coerência na abordagem dos conteúdos relacionada às questões étnico-raciais e da forma de aplicabilidade, muitas vezes deixando a desejar com intenções racistas, discriminatórias e preconceituosas. O livro didático, das vezes em seu conteúdo, não condiz com a realidade social da escola. Percebeu-se que os órgãos responsáveis na disponibilização desses recursos didáticos, não oferecem estrutura curricular para atender a real demanda das escolas, visto que, trazem questões distorcidas e muitas vezes ocultadas da história do Brasil e demais povos que por vez, todos devem conhecer e apreciar.

Com o estudo realizado, pôde-se perceber o quanto o livro didático é importante no meio escolar, mantendo a necessidade de investir em uma abordagem humanista, coerente e igualitária e, ao tratar das relações étnico-raciais nos anos iniciais, articulando e problematizando essas questões e seus efeitos posteriormente na sociedade, para que não perpetue estereótipos raciais, oportunizando práticas favoráveis e diálogos antirracistas.

Seguindo nessa visão da importância e necessidade da escolha crítica do livro didático refletindo sobre a sua metodologia, as supostas concepções que ele traz e as estratégias de expor para seus alunos, de forma responsável e sustentável, a fim de colocar-se dentro da história e refletirmos sobre ela, com a finalidade de superar práticas racistas e discriminatórias tão arraigadas na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, 2017



BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639/2003**: altera a LDB para incluir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: MEC, 2003.

FREITAS, M. D. F.; JESUS, N. F. População negra brasileira: reflexo e imagem. In: **EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino**, 4., 2011.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais e educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 5-17, 2006.

HERNANDEZ, J. D. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MUNANGA, K. Apresentação. In: _____. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 15-20. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

MUNANGA, K. **Rediscretindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

MUNANGA, K. Negritude: usSILVA, P. B. G.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

NASCIMENTO, E. L. Sankofa: educação e identidade afrodescendente. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 115-140. Disponível em:
https://books.google.com.br/books/about/Racismo_e_anti_racismo_na_educa%C3%A7%C3%A3o.html?id=iR8vRCbQh8C. Acesso em: 17 nov. 2023.

ROSEMBERG, F. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo: Global Editora, 1985.

SILVA, A. C. da. As transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes. 2001c. **Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001**.



SILVA, A. C. da. As transformações e os determinantes da representação social do negro no livro didático. In: **PROGRAMA A COR DA BAHIA**. Educação, racismo e anti-racismo. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 2000. n. 4. Disponível em: arquivo pessoal. Acesso em: 3 dez. 2023.

SILVA, A. C. da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001a. Disponível em: arquivo pessoal. Acesso em: 16 nov. 2023.

SILVA, A. C. da. Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão do 1º grau – nível 1. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 63, p. 96-98, 1987. Disponível em: arquivo pessoal. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, A. C. da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental, 2001b. p. 146. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA, A. C. da. O estereótipo e o preconceito em relação ao negro no livro de comunicação e expressão de primeiro grau, nível I. 1988. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988. Disponível em: arquivo pessoal. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, A. C. da. Versões didáticas da história indígena. 2000. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, P. V. B. da. **Relações raciais em livros didáticos brasileiros**: uma síntese da literatura. São Paulo: PUC-SP, 2002. Mimeografado.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 1107–1127, 2004.

SILVA, P. B. G. **Educação das relações étnico-raciais no Brasil** – diretrizes e desafios. Brasília: MEC/SECAD, 2008. os e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.